



EPISTEMOLOGIA DA SOBREVIVÊNCIA EM ATO: O MIDIATIVISMO COMUNITÁRIO DO MANGUINHOS ON-LINE¹

SURVIVAL EPISTEMOLOGY IN ACTION: the community media activism of Manguinhos On-line

*Adriano Mello Rodrigues**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0452-5718>

*Autor correspondente (e-mail: rodrigues.adriano.rj@gmail.com)

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a práxis do Manguinhos On-line, coletivo de comunicação comunitária e midiativismo digital do Rio de Janeiro, compreendendo-o como uma ferramenta de resistência ao epistemicídio e ao racismo algorítmico. Metodologicamente, a pesquisa adota a abordagem da dupla posição (pesquisador-morador), articulando a "escuta territorial" e a "imersão paciente" como estratégias de investigação engajada. A partir da crítica à narrativa hegemônica da mídia, que reduz a favela à tríade violência-crime-pobreza, argumenta-se que tal enquadramento legitima a necropolítica. Como contraponto, demonstra-se que o coletivo constrói uma "epistemologia da sobrevivência": um saber-práxis forjado na luta pela vida e pela dignidade. Ao subverter estigmas e afirmar a complexidade da vida em Manguinhos, conclui-se que o coletivo produz contranarrativas que transcendem métricas digitais, fortalecendo a identidade coletiva e a cidadania comunicacional.

Palavras-chave: Comunicação comunitária; Midiativismo; Epistemologia da sobrevivência; Epistemicídio; Racismo algorítmico.

Abstract: The objective of this article is to analyze the praxis of Manguinhos On-line, a community communication and digital media activism collective in Rio de Janeiro, understanding it as a tool of resistance against epistemicide and algorithmic racism. Methodologically, the research adopts a dual-position approach (researcher-resident), articulating "territorial listening" and "patient immersion" as strategies of engaged investigation. Drawing from a critique of the hegemonic media narrative, which reduces the favela to the violence-crime-poverty triad, it is argued that such framing legitimizes necropolitics. As a counterpoint, it is demonstrated that the collective constructs a "survival epistemology": a praxis-knowledge forged in the struggle for life and dignity. By subverting stigmas and affirming the complexity of life in Manguinhos, it is concluded that the collective produces counter-narratives that transcend digital metrics, strengthening collective identity and communicational citizenship.

Keywords: Community communication; Media activism; Survival epistemology; Epistemicide; Algorithmic racism.

¹ A presente pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

1. Introdução

Historicamente, as favelas brasileiras constituem-se como territórios de disputa que transcendem o aspecto material para alcançar o simbólico. Mais do que meros espaços de precariedade urbana, elas foram progressivamente convertidas em signos carregados de estigma, medo e exclusão.

Esse imaginário social, contudo, não emerge de forma espontânea. Ele é construído, reforçado e disseminado por práticas comunicacionais majoritariamente externas a essas comunidades. Nesse processo, a mídia corporativa hegemônica, detentora de um vasto poder de circulação de sentidos, exerceu papel central ao reduzir a multiplicidade da vida cotidiana nas favelas a uma narrativa única e repetitiva. Tal narrativa cristalizou uma tríade que insiste em definir esses espaços pela violência, pelo crime e pela pobreza, invisibilizando sistematicamente outras dimensões fundamentais da vida social, cultural, política e afetiva.

Esse enquadramento midiático transcende a simples escolha editorial ou uma suposta neutralidade jornalística. Na verdade, ele se configura como um sofisticado dispositivo de poder com dupla função: por um lado, minimiza a demanda pela presença legítima do Estado em políticas sociais (como saúde, educação e cultura) e, por outro, legitima sua atuação exacerbada na dimensão repressiva. Tal dinâmica resulta na consolidação de uma lógica necropolítica, nos termos de Mbembe (2018), na qual o poder soberano decide quais corpos podem viver plenamente e quais estão marcados para a eliminação. Essa eliminação pode ocorrer tanto pela aniquilação física direta quanto pela morte simbólica, produzida pelo apagamento e pela estigmatização contínua.

Essa violência, contudo, transcende o campo material para operar de forma igualmente contundente na dimensão epistêmica. Ao impor uma narrativa externa sobre as favelas, as elites midiáticas praticam o epistemicídio. Neste artigo, o conceito é compreendido para além de sua definição sociológica clássica, sendo mobilizado a partir da agudeza crítica de Carneiro (2023), que o situa como elemento estruturante do dispositivo de racialidade. Para a autora, esse fenômeno opera um “sequestro da razão” que não apenas anula saberes, mas interdita o reconhecimento do sujeito periférico como ser pensante.

Conforme denuncia a autora, “o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado, sequestrando a própria capacidade de aprender” (Carneiro, 2023, p. 84). Como consequência, a favela é relegada à condição de objeto de intervenção ou tutela, negando-se-lhe o status de sujeito epistêmico, capaz de interpretar e transformar a realidade a partir de sua própria experiência.

Sob essa ótica, a disputa por narrativas transcende a busca por representações mais “positivas”, revelando-se uma condição fundamental para a sobrevivência simbólica. É precisamente nesse ponto que emerge o que se propõe conceituar como “epistemologia da sobrevivência”. Trata-se de uma elaboração teórica original deste manuscrito, que sintetiza um modo de saber-agir autônomo. Define-se tal noção como um arcabouço de saberes-práxis forjado na resistência cotidiana e na luta pela vida, instrumental para a permanência, a dignidade e o enfrentamento de estruturas de opressão, como o racismo algorítmico e o epistemicídio. A gênese dessa epistemologia não está em espaços acadêmicos apartados da realidade, mas no território concreto da favela, onde a comunicação se converte em ferramenta vital para a afirmação de existências historicamente subalternizadas.

Ressalta-se que a apropriação do termo “epistemologia” não constitui um deslize semântico, mas um posicionamento político-científico. Reconhece-se a acepção clássica que restringe a epistemologia à filosofia da ciência normativa, contudo, este trabalho recusa o

monopólio da validação cognitiva confinado aos espaços acadêmicos. Em diálogo com Collins (2022), compreende-se que grupos subalternizados produzem teoria social autônoma como condição de existência. Negar a essa práxis o estatuto epistemológico seria reiterar o que Carneiro (2023) denuncia como epistemicídio, a saber, o sequestro da racionalidade do sujeito periférico. Portanto, o que se analisa aqui é um rigoroso sistema de leitura de mundo e cálculo de riscos (uma ciência da vida concreta) que desafia a dicotomia colonial entre quem pensa (academia) e quem apenas vive (favela).

Ademais, sustenta-se que a práxis da sobrevivência mimetiza o rigor do método científico, via observação constante, testagem de hipóteses e validação coletiva, mas desloca sua finalidade da verdade proposicional para a garantia da vida. Ao nomear esse processamento de dados vitais como epistemológico, o artigo realiza um movimento de justiça cognitiva: retira a favela da condição passiva de “dado bruto” para a sociologia e a reposiciona como centro produtor de inteligibilidade, onde a precisão da informação é aferida pela integridade física da comunidade.

É neste cenário de disputas simbólicas e epistêmicas que se insere a atuação do Manguinhos On-line², **coletivo de comunicação comunitária** e midiativismo digital sediado no conjunto de favelas de Manguinhos (Figura 1), no Rio de Janeiro. A gênese da iniciativa não reside em editais, projetos acadêmicos ou políticas públicas, mas em um processo orgânico de inquietação partilhada entre moradores.

Figura 1: Vista parcial da favela de Manguinhos a partir da localidade Mandela 2.



Fonte: Manguinhos On-line (2025).

O coletivo parte de uma premissa ao mesmo tempo simples e radical: construir, a partir de dentro, contranarrativas que interpelem o imaginário social sobre a favela e, simultaneamente, validem os saberes produzidos no território. Nesse sentido, atua como uma

² Disponível em: <https://instagram.com/manguinhosonline>. Acesso em: 25 out. 2025.

arena para a produção de sentidos e o exercício da cidadania comunicacional, onde os moradores não apenas narram a si mesmos, mas reconfiguram fundamentalmente os termos pelos quais são representados socialmente.

A originalidade do Manguinhos On-line também se revela no modo como ele opera no ecossistema digital. A vida contemporânea é marcada pela plataformização, fenômeno que intensifica dinâmicas da "sociedade em rede" já apontadas por Castells (2013). Nesse cenário, as redes sociais digitais não são meros espaços de sociabilidade, mas arenas centrais de disputa política. Contudo, como demonstram autoras como Noble (2021) e pesquisadores como Silva (2024), tais ambientes não são neutros.

Os algoritmos que governam a visibilidade dos conteúdos reproduzem vieses estruturais, reforçando estigmas e penalizando produções de corpos e territórios periféricos. Esse processo, conhecido como racismo algorítmico, atualiza as lógicas seculares de exclusão para o ambiente digital (Noble, 2021). Disputar narrativas, portanto, implica necessariamente confrontar a arquitetura tecnológica que condiciona quais vozes ganham alcance e quais são mantidas na invisibilidade.

Este estudo excede a mera descrição de um caso empírico para oferecer uma reflexão crítica sobre os modos de produção de conhecimento em contextos de engajamento social. Metodologicamente, a pesquisa parte da posição de pesquisador-morador e abdica do distanciamento clássico das ciências sociais em favor de uma abordagem alicerçada na práxis, tal como concebida por Freire (2019), onde existe a união indissociável entre teoria e ação, entre reflexão e intervenção. Longe de configurar uma limitação, essa dupla inserção constitui a potência epistemológica deste trabalho, pois possibilita uma análise encarnada, implicada e dialógica.

Nesse horizonte, o objetivo central do artigo é analisar a experiência do Manguinhos On-line, demonstrando como a comunicação comunitária e o midiativismo de favela constituem práticas eficazes de resistência ao epistemicídio e ao racismo algorítmico. A contribuição científica almejada é dupla: no plano empírico, valida-se a práxis do coletivo; no plano teórico-metodológico, intervém-se no debate sobre a prática da pesquisa, advogando que o conhecimento crítico e socialmente relevante emerge de uma postura situada, de um diálogo genuíno com os sujeitos do território e de uma escuta paciente e horizontal.

O artigo é estruturado em eixos principais. Inicialmente, articula-se a comunicação comunitária e o midiativismo de favela como respostas teóricas ao epistemicídio e ao racismo algorítmico. Em seguida, detalha-se a metodologia da dupla posição (pesquisador-morador), fundamentada na "imersão paciente" e na "escuta territorial". Por fim, analisa-se a práxis do Manguinhos On-line, examinando como sua organização horizontal e estratégias de subversão da pauta materializam, concretamente, uma epistemologia da sobrevivência.

2. Comunicação comunitária como epistemologia da sobrevivência

A compreensão da relevância e potência de iniciativas como o Manguinhos On-line exige um enquadramento teórico que concebe a comunicação não como um mero processo de transmissão de mensagens, mas como uma arena de poder, disputa e emancipação. Longe de qualquer neutralidade, a comunicação opera como um campo de batalha simbólico onde se forjam sentidos, legitimam-se práticas sociais e se negociam os contornos da cidadania. Nesse sentido, a análise da comunicação comunitária passa, invariavelmente, por questionar quem detém a palavra, a partir de que lugar social enuncia e com qual poder de ressonância em um ecossistema

ecossistema midiático estruturalmente desigual.

A comunicação, em territórios historicamente silenciados, transcende a função meramente instrumental e se converte em prática existencial e política de afirmação identitária, mobilização e produção de conhecimento autônomo. É nesse horizonte que se inscreve o conceito de epistemologia da sobrevivência, entendido como um sistema de saberes forjado na práxis da resistência cotidiana e atuante como “contrapotência” à necropolítica e à interdição da legitimidade intelectual denunciada por Carneiro (2023), que opera sequestrando a racionalidade dos sujeitos subalternizados.

As raízes da comunicação comunitária no Brasil e na América Latina estão intrinsecamente vinculadas aos movimentos sociais e às lutas pela democratização da palavra em sociedades de alta concentração midiática. Historicamente, essas experiências, desde as pioneiras rádios livres dos anos 1970 e 1980 até os coletivos audiovisuais das décadas seguintes, posicionaram-se como um contraponto ao discurso hegemônico dos grandes conglomerados. Como ressalta Peruzzo (1998), a comunicação comunitária define-se menos por sua forma e mais por sua função, pois trata-se de um processo endógeno, participativo e autogerido, no qual a comunidade assume o protagonismo de sua própria enunciação, recusando a condição passiva de objeto do discurso alheio.

Nesse horizonte, Paiva (2011, p. 2) argumenta que a comunicação comunitária desponta como “uma das investidas mais criativas do campo comunicacional”, justamente porque promove práticas horizontais e educativas que fortalecem o vínculo comunitário e a cidadania. Essa perspectiva converge com a proposta do Manguinhos On-line, que, ao apostar em horizontalidade radical e escuta territorial, afirma-se como um projeto social de resistência epistêmica e de produção de uma epistemologia da sobrevivência.

Essa abordagem implica um deslocamento do eixo analítico dos meios para os processos, da tecnologia para a interação social. Interessa menos o artefato técnico e mais a capacidade da comunicação de tecer laços, fortalecer identidades coletivas e catalisar transformações. Nesse sentido, “a comunicação, mais do que nunca, transforma-se numa força, cujos limites estão estabelecidos a partir do colocar em comum, ou seja, comunitarizar a informação” (Paiva, 1998, p. 20).

Tal concepção aproxima-se diretamente da pedagogia de Freire (2019), para quem a comunicação só cumpre sua função quando se estabelece como diálogo, contrapondo-se à “cultura do silêncio” historicamente imposta às classes populares. Ao instituir espaços onde a palavra pode circular, ser partilhada e ressignificada, a comunicação popular atua como motor da conscientização permitindo a tomada de consciência crítica sobre a realidade como precondição para a práxis transformadora.

Nessa tradição freiriana, a palavra transcende sua função de mero veículo de conteúdo. Ela é, como ensina o educador, um ato de criação e recriação do mundo; uma ferramenta para a constituição do sujeito e a afirmação de sua plena humanidade. Quando comunidades narram a si mesmas, rompem os filtros da representação hegemônica e instauram um novo regime de sentido, no qual o discurso não é mais apenas sobre a favela, mas emana da favela.

Tal perspectiva converge com a formulação de Souza (2017), para quem “a rua, enquanto espaço público por vezes transformado em espaço privado, se configura como o local privilegiado para a ocupação cultural e comunicacional”. Esse entendimento encontra ressonância na análise de Santos (2006), que concebe o espaço como resultado da articulação entre objetos e ações, em constante transformação. A partir dessa concepção, pode-se compreender a favela não apenas como espaço físico ou recorte territorial, mas como locus de disputas simbólicas e de produção de sentidos.

Essa matriz latinoamericana, que articula comunicação comunitária, educação popular e lutas pela democratização da mídia, constitui, portanto, o fundamento sobre o qual coletivos como o Manguinhos On-line edificam suas práticas. Contudo, o cenário contemporâneo, definido pela platformização da vida e pelo racismo algorítmico, impõe desafios inéditos, exigindo que essa tradição se reinvente para que a disputa simbólica continue a ser uma efetiva prática de emancipação.

É nesse sentido que a comunicação comunitária materializa o direito à comunicação, um direito humano fundamental que transcende a noção liberal de “liberdade de expressão”. Enquanto esta última se restringe a assegurar a manifestação individual, sem garantir as condições materiais para sua circulação e recepção, o direito à comunicação é mais amplo e radical. Conforme destaca Paiva (1998), ele engloba não apenas o direito de acessar informação, mas, fundamentalmente, o de produzir conteúdos, de controlar os meios de produção simbólica e de participar ativamente na deliberação da esfera pública e na construção do imaginário coletivo.

Essa formulação opera um deslocamento crucial do debate do campo puramente jurídico para o político-cultural. A questão deixa de ser apenas garantir que todos “possam falar” para se tornar a de como criar as condições para que suas vozes ecoem, sejam valorizadas e legitimadas em arenas historicamente monopolizadas por elites.

Nessa perspectiva, a comunicação comunitária opõe-se frontalmente ao modelo extrativista que reduz comunidades a meros repositórios de “casos exóticos” ou “tragédias espetaculares” para a indústria midiática. Em seu lugar, propõe-se uma práxis comunicacional orgânica, enraizada nas demandas e saberes locais, que afirma o território como sujeito de sua própria história. A comunicação comunitária consolida-se, assim, como um exercício de cidadania insurgente, uma prática de agência pela qual comunidades disputam narrativas, reivindicam direitos e constroem autonomia.

3. Midiativismo de favela: a disputa pelo *bíos* midiático

Se os veículos paradigmáticos do direito à comunicação no século XX foram os jornais de bairro e as rádios livres, a era digital deslocou radicalmente esse campo. A vida contemporânea, mediada pela “sociedade em rede” analisada por Castells (2013), reconfigurou o confronto simbólico, inaugurando frentes inéditas de intervenção onde coletivos periféricos se apropriam de ferramentas de consumo para a resistência. É nesse contexto que emerge o midiativismo de favela, isto é, “ações individuais e coletivas de moradores de favelas na, através da, e sobre a mídia. Estas ações de contestação surgem do e/ou levam ao exercício da cidadania entre moradores” (Custódio, 2016, p. 22).

A partir dessa formulação, pode-se compreender o midiativismo de favela como uma práxis comunicacional que, no presente, utiliza plataformas de alta performance visual e viral (como Instagram, YouTube ou TikTok) para intervir em tempo real no debate público, gerar “contrapúblicos” e confrontar narrativas hegemônicas. Como aponta Bentes (2015), as transmissões em rede e as narrativas colaborativas criam uma “mídia-multidão”, em que o público deixa de ser mero espectador e passa a constituir-se como “interator”, produzindo sentidos coletivos.

Essa práxis dialoga profundamente com a análise de Sodré (2013) sobre a mutação do vínculo social na contemporaneidade. Para o autor, a mídia não é apenas um canal de transmissão, mas um novo *bíos*, um ambiente de vida que reconfigura as formas de “estar-junto”.

junto”. Nesse sentido, o midiativismo de favela transcende o ativismo digital convencional. Ele opera como uma estratégia de sobrevivência dentro desse “bios midiático”. Ao se apropriarem das tecnologias, os comunicadores de Manguinhos recusam a condição de “excluídos digitais” ou de meros consumidores de informação, forçando a entrada no espaço onde a visibilidade política é distribuída e negociada.

Nesse contexto, a ação comunicacional não deve ser compreendida apenas como o uso instrumental das redes, mas como uma nova morfologia da política. Conforme observam Malini e Antoun (2013), nas lutas atuais, a comunicação deixa de ser um mero condutor de informação para se tornar um espaço onde “os afetos e interesses circulam modulando as intensidades capazes de orientar os movimentos e sustentar a coesão de uma multidão” (p. 190). Assim, o ativismo contemporâneo opera pela agregação de subjetividades que, embora dispersas, encontram na conexão digital uma potência de agir comum.

Diferentemente da mídia de massa, que opera pela lógica da transmissão vertical, o midiativismo de favela explora o formato em rede para instaurar o que Di Felice (2009) denomina “atopia”, como sendo uma nova forma de habitar o mundo onde o território físico e o digital se tornam indissociáveis. Assim, a luta por direitos em Manguinhos desdobra-se simultaneamente nos becos e no feed, constituindo uma cidadania híbrida que não distingue o on-line do off-line.

Portanto, o midiativismo aqui analisado configura-se como uma disputa pela própria constituição do real. Em um cenário onde a ausência na mídia equivale à inexistência política, ou, pior, à existência apenas como corpo matável (na lógica policial), assim, produzir a própria imagem torna-se um imperativo ético e ontológico. O coletivo não utiliza as plataformas apenas para “divulgar” o território, mas para disputar o monopólio da verdade sobre ele, instaurando o que se pode chamar de uma “política da presença” que confronta os algoritmos de apagamento e reinscreve a favela no mapa da cidadania.

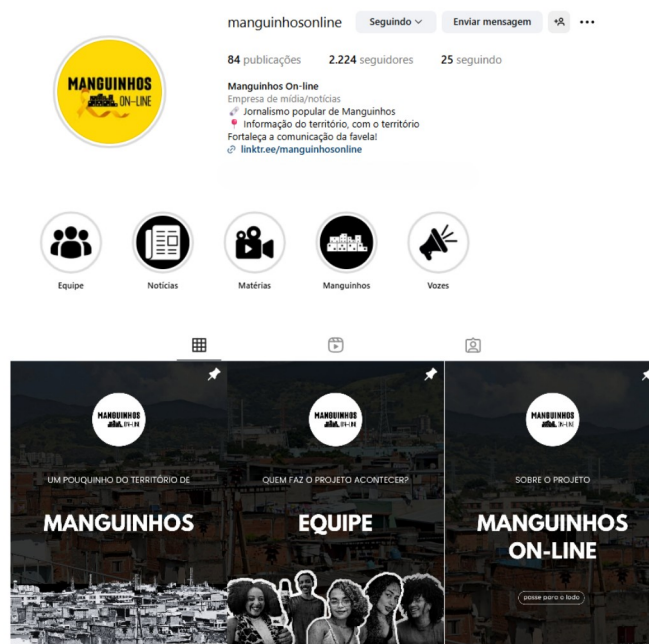
No caso do Manguinhos On-line, essa lógica se materializa em posts, reels e coberturas colaborativas (Figura 2), que funcionam como cronistas de território. Em oposição à lógica dos meios comunitários clássicos, cujo alcance era frequentemente hiperlocal, o midiativismo de favela opera inserido no ecossistema midiático hegemônico, hackeando suas linguagens e algoritmos para amplificar vozes historicamente subalternizadas.

Essa prática encarna a noção de mediações, desenvolvida por Martín-Barbero (2009), que desloca o foco analítico dos meios para os usos, isto é, para as formas como os sujeitos se apropriam das tecnologias, resignificando-as. Nessa ótica, plataformas como o Instagram não são infraestruturas neutras, mas territórios em disputa, onde a arquitetura tecnológica (algoritmos, interfaces, formatos) é constantemente tensionada e subvertida pela criatividade política periférica. Assim, a escolha de um formato, a viralização de um meme ou o uso de uma hashtag transcendem o gesto técnico para se tornarem táticas de guerrilha semiótica, visando perfurar bolhas algorítmicas, desestabilizar estigmas e forjar uma cidadania comunicacional ativa.

No caso de coletivos como o Manguinhos On-line, essa apropriação transcende o mero pragmatismo para se configurar como uma escolha estratégica. Trata-se de reconhecer o espaço digital como um campo decisivo na produção e distribuição da visibilidade social. Ao disputar atenção no mesmo terreno que as narrativas hegemônicas, esses coletivos não apenas desafiam a lógica da invisibilização algorítmica, mas forjam contranarrativas que afirmam seu direito de existir e de enunciar em termos próprios.

Essa disputa, portanto, ultrapassa a busca por representações mais “positivas”. Ela se inscreve em uma luta mais profunda e radical contra a hegemonia epistemológica eurocêntrica.

Figura 2: Página inicial do perfil do Manguinhos On-line no Instagram.



Fonte: Manguinhos On-line (2025).

Esse regime epistêmico não só hierarquiza saberes, mas desqualifica cosmologias inteiras, relegando-as à condição de crença, folclore ou ignorância, e, com isso, neutraliza suas potências políticas e cognitivas.

A narrativa hegemônica sobre as favelas constitui uma atualização concreta desse processo. Mais do que invisibilizar práticas e saberes locais, ela transforma a favela em um signo de carência e criminalidade, interditando seu reconhecimento como espaço legítimo de produção intelectual. Essa operação simbólica de epistemicídio conecta-se diretamente ao que Carneiro (2023) identifica como a construção do outro como não-ser. No contexto urbano periférico, essa dinâmica não apenas relega os moradores à condição de objeto de intervenção externa, mas também consolida hierarquias cognitivas que sustentam estigmas e legitimam políticas de controle e de exclusão.

Na era digital, esse aniquilamento simbólico é atualizado e intensificado pelo racismo algorítmico. Como demonstram Noble (2021) e Silva (2024), os sistemas que governam as plataformas não são neutros, ao contrário, desenvolvidos por elites do Norte Global, eles automatizam exclusões históricas. Na prática, essa arquitetura se manifesta pela invisibilização sistemática de conteúdos periféricos e pela rotulação automática de temas estigmatizantes, perpetuando no ambiente digital os estereótipos da mídia tradicional.

O resultado é um ecossistema digital que, por design, tende a silenciar e deslegitimar as vozes da favela. A luta do midiativismo de favela, portanto, transcende a mera produção de conteúdo. Trata-se de uma disputa por visibilidade e relevância em um ambiente cuja infraestrutura algorítmica foi programada para reforçar desigualdades.

Nesse quadro de disputa por visibilidade em terrenos digitais hostis, validar sistemas de conhecimento local, forjados na experiência, torna-se uma estratégia política de afirmação da vida. Ao pautar o cotidiano, a cultura e as potências de Manguinhos, o coletivo transcende a criação de “conteúdo alternativo” para se engajar na produção e legitimação de um conhecimento situado, um saber-práxis que se contrapõe frontalmente à narrativa que historica-

mente objetificou a favela.

A comunicação, nesse sentido, converte-se em práxis emancipatória ao articular a denúncia da opressão com o anúncio de outros mundos possíveis, onde a diversidade de saberes e existências é reconhecida como condição de legitimidade. Mais que uma estratégia de visibilidade, é um esforço deliberado para forjar ferramentas simbólicas a partir do próprio território, disputando o presente para ampliar os horizontes de liberdade e realizar a cidadania comunicacional em sua plenitude.

É, portanto, na confluência entre o direito à comunicação, o enfrentamento ao racismo algorítmico e a validação desses saberes que se assenta a tese central desta reflexão, desse modo, a prática do Manguinhos On-line constitui a construção ativa da epistemologia da sobrevivência.

4. A dupla posição como método: a práxis do pesquisador-morador

A contribuição metodológica deste trabalho não se encerra em si mesma. Ela se configura como a condição de possibilidade para a compreensão profunda da práxis do Manguinhos On-line e para a formulação da epistemologia da sobrevivência. Propõe-se aqui uma superação da tradicional, e frequentemente paralisante, separação entre sujeito e objeto de pesquisa. Em vez de postular a distância como critério de legitimidade científica, a dupla inserção do pesquisador (como acadêmico e membro participante do coletivo em questão) é assumida como o epicentro de uma abordagem engajada, dialógica e epistemologicamente potente, superando a noção tradicional que a reduziria a um mero viés.

No campo da comunicação comunitária, a pesquisa é indissociável da busca por transformação social. Pesquisar é, por definição, intervir, e o rigor metodológico deve estar alinhado aos objetivos políticos da própria prática. Advoga-se, portanto, por uma metodologia alicerçada na práxis freiriana (Freire, 2019), onde existe a união indissolúvel entre teoria e prática, reflexão crítica e ação transformadora. Trata-se do caminho mais coerente para a produção de um conhecimento que não seja meramente sobre o território, mas que se construa com e se destine para o território, em diálogo permanente com seus sujeitos.

A ciência moderna, em sua vertente positivista, fundamentou-se no ideal de distanciamento objetivo como condição *sine qua non* (isto é, indispensável) para a produção de um conhecimento supostamente neutro e universal. Essa pretensa neutralidade, entretanto, tem sido amplamente desconstruída nas ciências sociais e humanas. Longe de eliminar as relações de poder, o distanciamento frequentemente as invisibiliza, legitimando uma prática que pode ser conceituada como extrativismo acadêmico, a saber, um processo no qual pesquisadores extraem dados e vivências de comunidades, convertendo-os em capital acadêmico (artigos, carreiras), sem uma devolução significativa ou útil ao território que lhes serviu de "campo".

Esse modelo, portanto, não é apenas metodologicamente questionável, mas "epistemicamente" injusto. Ele se alicerça em uma lógica colonial que postula que o conhecimento legítimo é privilégio do observador externo, e não daquele que vive a realidade em sua complexidade. Ao invalidar a experiência situada como locus de produção de saber, o paradigma positivista reitera hierarquias históricas.

Conforme argumenta Walsh (2009, p. 189-190), a colonialidade do saber implantou a dicotomia entre o "conhecimento certo – ou ciência – e o imaginado – saber e não ciência", onde o conhecimento legítimo é definido exclusivamente pelos "critérios de objetividade, neutralidade e validação empírica". Ao romper com essa lógica, este artigo busca valorizar as epistemologias decoloniais e os saberes locais como fontes legítimas de teoria social.

epistemologias decoloniais e os saberes locais como fontes legítimas de teoria social.

A dupla inserção do pesquisador, como acadêmico da área da comunicação e, simultaneamente, morador e membro da comunidade de Manguinhos, impeliu a pesquisa a um questionamento visceral desse paradigma. O Manguinhos On-line não foi concebido como objeto de estudo, mas emergiu de uma necessidade vivida, de uma urgência partilhada entre pares diante da violência simbólica cotidiana. Nesse contexto, a pesquisa não antecede a ação nem a sucede como etapa analítica. Ela se realiza na e com a ação, em um movimento contínuo de reflexão-prática, em consonância com a definição freiriana de práxis, onde a reflexão e a ação dos sujeitos sobre o mundo o transforma.

Assumir essa posição implica, necessariamente, romper com a objetificação da comunidade. A favela deixa de ser tratada como “campo” a ser explorado para se tornar um locus de diálogo e “coconstrução” de conhecimento. Essa abordagem metodológica alinha-se diretamente às propostas da Pesquisa-Ação Participante (IAP), de Fals Borda e Rahman (1991), orientada para produção de saberes com o povo e não sobre o povo. O objetivo transcende a coleta de informações para se concentrar na instauração de processos colaborativos de saber, nos quais a própria comunidade se afirme como sujeito epistêmico.

Concebida como potência epistemológica, a condição de pesquisador-morador viabiliza um olhar situado e profundo, inacessível a observadores externos. Essa posição exige reflexividade crítica para articular, dialeticamente, vivência e teoria. Nesse ciclo de práxis, a ação comunicacional e a reflexão acadêmica se retroalimentam, produzindo simultaneamente conhecimento crítico e transformação social.

A escolha por uma escrita que reflete a proximidade com o objeto de estudo não constitui uma mera opção estilística, mas uma decisão metodológica e um posicionamento político. Enquanto a tradição positivista sancionou o uso da terceira pessoa como índice de objetividade, defendo aqui uma perspectiva oposta. A escrita em primeira pessoa é assumida como um gesto de transparência epistemológica, que demarca o lugar de enunciação do pesquisador e torna explícitas as condições materiais e subjetivas de produção deste conhecimento.

Essa perspectiva metodológica, afinada com a crítica de Walsh (2009) à pretensa neutralidade científica, reconhece a implicação como fundamento da pesquisa. Ela se enraíza na práxis freiriana (Freire, 2019), referente à fusão entre reflexão e ação, e dialoga com pensadoras como bell hooks (2024), para quem a enunciação em primeira pessoa é ato de resistência epistêmica.

É a partir desse arcabouço que proponho o conceito de imersão paciente. Trata-se de uma categoria metodológica original formulada nesta pesquisa, definida como uma prática de investigação situada que prioriza a permanência prolongada e a construção de vínculos de confiança, recusando a temporalidade acelerada e as métricas extrativistas do trabalho de campo. Nessa perspectiva, a validade da pesquisa não é aferida por horas de entrevistas ou questionários, mas por anos de vida compartilhada.

Essa imersão se constitui nas conversas informais (Figura 3), nas reuniões da comunidade, nas celebrações culturais e nas angústias coletivas, como as vividas durante incursões policiais. É esse cotidiano partilhado que serve como fonte primária do conhecimento, permitindo a apreensão das complexidades que invariavelmente escapam aos métodos convencionais de coleta de dados.

A imersão paciente possibilita a captação não apenas das demandas explícitas da comunidade, mas também de seus silêncios e das chamadas “pautas não ditas”: questões que, embora ausentes do debate público formal, constituem o tecido afetivo e simbólico da vida cotidiana. É nesse subtexto da experiência comunitária que se articula parte fundamental da

Figura 3: Reportagem do Manguinhos On-line sobre bilhetagem de ônibus³



Fonte: Manguinhos On-line (2025).

resistência e da produção de sentidos.

A dupla posição, por conseguinte, reconfigura radicalmente a relação entre pesquisador e comunidade. O pesquisador não é um agente externo que necessita “ganhar confiança” para fins de extração de dados; a confiança é, aqui, uma condição preexistente, um capital social que alicerça a construção conjunta do conhecimento. Longe de atenuar a exigência de rigor e reflexividade, essa proximidade a intensifica. O desafio metodológico primordial torna-se o de “estranhar o familiar” (problematizar o que parece dado) e articular a vivência implicada com a distância analítica das categorias teóricas, em um movimento dialético ininterrupto.

Esse processo é a materialização da própria práxis: a atuação como comunicador no Manguinhos On-line nutre a reflexão teórica, a qual, por sua vez, retroalimenta e adensa a prática no território. O resultado é um ciclo virtuoso que gera, de modo indissociável, conhecimento crítico e transformação social. O saber, portanto, não é um produto apartado da ação, mas um processo vivo, encarnado na experiência e orientado para a emancipação.

A abordagem metodológica que emerge dessa posição pode ser, assim, definida como uma “pesquisa participante radical”. Sua radicalidade reside não apenas no posicionamento crítico, mas em sua etimologia: ela busca ir à raiz (radix) dos fenômenos, partindo do princípio de que a comunidade não é um campo a ser explorado, mas um conjunto de sujeitos com os quais se co-investiga. Nesse horizonte, a ferramenta metodológica por excelência transcende o questionário ou o gravador para se tornar a escuta territorial.

É, portanto, munido dessa ferramenta de escuta e guiado pela horizontalidade que este estudo se debruça sobre a experiência concreta do território. Não para dissecá-la, mas para compreender como ela própria produz teoria a partir de sua existência.

5. Manguinhos on-line em ato

A gênese do Manguinhos On-line não se encontra em editais, financiamentos externos ou projetos acadêmicos, mas em um processo que aqui pode ser denominado como inquietação partilhada, que tem origem na urgência de autorrepresentação sentida por moradores e ativistas diante da invisibilização e distorção midiática da favela. As conversas iniciais que germinaram a ideia, em junho de 2024, foram mobilizadas por essa necessidade de narrar o território em seus próprios termos. Contudo, a decisão fundadora do grupo foi, paradoxalmente, a de conter o imediatismo.

Essa escolha deliberada deu forma a uma etapa inicial que se consolidou em um encontro fundador, um momento para criar uma “nova frente de comunicação”⁴. Mais que um ponto de partida, esse ato simbolizou a partilha de anseios e potências em um processo coletivo de maturação. A prioridade dessa fase não foi a produção de conteúdo para a circulação externa, mas a criação de raízes sólidas, assegurando que a prática comunicacional emergisse organicamente das dinâmicas comunitárias. Uma comunicação que fosse, nas palavras do coletivo, “a nossa cara”.

Em oposição direta à aceleração do ciclo noticioso e à lógica produtivista das plataformas, o Manguinhos On-line adotou uma ousada opção político-metodológica: a aposta estratégica na lentidão. Em vez de perseguir métricas de engajamento e visibilidade imediata, o grupo dedicou o período de agosto de 2024 a julho de 2025 à sua estruturação interna e ao fortalecimento de vínculos comunitários. Essa aposta representou uma ruptura consciente tanto com a instantaneidade jornalística quanto com a lógica algorítmica das redes, que recompensa o fluxo incessante de conteúdo.

Esse período preparatório foi estruturado em duas frentes interdependentes. A primeira foi a formação mútua através de encontros teóricos sobre comunicação, jornalismo e cultura digital e para a troca de saberes práticos. Mais que oficinas de capacitação técnica, esses momentos funcionaram como espaços de reflexão coletiva sobre o papel da comunicação na disputa de narrativas e na afirmação da dignidade territorial.

A segunda frente consistiu na prática da escuta territorial. No caso do Manguinhos On-line, essa escuta se materializou em um meticuloso processo de quase um ano, anterior ao lançamento público do coletivo. Em vez de buscar a visibilidade imediata, o grupo priorizou a construção de conexões comunitárias e de legitimidade interna. Essa fase envolveu a participação em eventos culturais, o acompanhamento de debates em associações de moradores e a atenção dedicada às narrativas que os próprios moradores teciam sobre seu território, narrativas sistematicamente invisibilizadas pela mídia corporativa.

Foi a partir dessa imersão que o coletivo mapeou urgências comunicacionais, identificou potências locais e forjou sua legitimidade perante a comunidade, uma base que antecedeu e alicerçou qualquer busca por reconhecimento externo.

6. A horizontalidade radical

A coerência de uma proposta participante não se esgota nas ferramentas de interação, ela deve se refletir na própria estrutura organizacional. Disso decorre um dos princípios centrais: a horizontalidade radical. Ao prescindir deliberadamente de hierarquias formais, como as figuras de editor-chefe ou coordenador, o coletivo rompe com os modelos verticais de produção inspirados no taylorismo, lógica que fragmenta as tarefas, concentra as decisões no topo e subordina os sujeitos à execução mecânica.

topo e subordina os sujeitos à execução mecânica.

Essa recusa à hierarquização rígida opera como um antídoto às dinâmicas autoritárias frequentemente vivenciadas no próprio território, seja pela presença repressiva do Estado, seja pelo controle de grupos armados. Dentro do coletivo, busca-se instaurar uma “microdemocracia” onde a autoridade emana do argumento e do consenso, não do cargo.

A horizontalidade radical opera, portanto, como um dispositivo metodológico e pedagógico. Da definição de pautas à publicação, cada etapa do processo é deliberada de forma dialógica e validada coletivamente. Isso significa que uma matéria não vai ao ar apenas porque alguém “mandou”, mas porque o grupo compreendeu sua relevância. As decisões compartilhadas e a responsabilidade distribuída fomentam um ambiente de formação mútua, onde todos ensinam e aprendem.

Tal modelo rompe com a lógica produtivista do jornalismo hegemônico para se alinhar às propostas da educomunicação (Soares, 2011), que concebe a prática comunicacional como um espaço formativo, crítico e emancipador. Na prática, isso transforma o próprio processo produtivo em uma sala de aula expandida, onde quem tem mais experiência em texto apoia quem está começando, quem domina o audiovisual partilha técnicas de edição com o grupo. O saber circula livremente, desestabilizando a figura do “especialista” intocável e empoderando todos os membros como comunicadores integrais.

Ao escolher construir de forma coletiva, o Manguinhos On-line alinha sua forma de organização à sua missão política, garantindo que a transformação almejada para o território se inicie endogenamente.

7. Estratégias de subversão da pauta

A aposta na lentidão garantiu, portanto, que o coletivo emergisse publicamente não como mais uma página digital em busca de engajamento, mas como uma voz organicamente enraizada no território e legitimada por ele. Ao priorizar a profundidade sobre a velocidade e a relação sobre o espetáculo, o Manguinhos On-line consolidou desde sua gênese uma identidade político-comunicacional distinta.

O lançamento público, em 14 de julho de 2025 (data escolhida por sua ressonância com o Dia da Liberdade de Pensamento), não foi um marco meramente simbólico, mas a passagem da potência ao ato. A partir de então, a metodologia e os princípios gestados ao longo de um ano se materializaram em intervenções narrativas concretas na disputa hegemônica.

É crucial destacar que o objetivo transcendia a simples inversão de sinal da cobertura midiática, ou seja, “mostrar o lado positivo da favela”. O desafio era mais profundo: disputar a própria noção do que é noticiável e do que merece ser narrado em Manguinhos. Os conteúdos inaugurais, portanto, não visavam a um mero equilíbrio de representações, mas ao questionamento das hierarquias de relevância que estruturam tanto a mídia tradicional quanto as plataformas digitais.

Essa estratégia de subversão da pauta manifestou-se em duas abordagens complementares, que serão detalhadas a seguir: a inversão deliberada de enquadramentos estigmatizantes e a afirmação da complexidade por meio da diversidade temática.

Uma das estratégias primordiais do Manguinhos On-line é a sistemática subversão dos enquadramentos midiáticos hegemônicos. Em oposição direta à lógica que reitera a associação estigmatizante entre favela e criminalidade, frequentemente inaugurando o noticiário pela crônica policial, o coletivo propõe um deslocamento radical do foco. Trata-se de uma disputa ativa

ativa pelo imaginário do território, um esforço consciente para substituir a narrativa da violência e da carência pela visibilidade das múltiplas potências, saberes e dinâmicas sociais que de fato estruturam a vida no território de Manguinhos.

Essa reorientação do olhar se materializa de forma potente em uma de suas iniciativas mais emblemáticas: o quadro de reportagens mensais "As Donas" (Figura 4). Neste espaço, o coletivo entrevista mães do território, oferecendo uma plataforma para que elas mesmas compartilhem, em primeira pessoa, as complexas vivências da maternidade na favela. A iniciativa é um ato político que confere agência narrativa às moradoras. Ao dar centralidade a essas histórias de cuidado, resiliência e dignidade, o projeto cumpre uma dupla função: externamente, constrói uma contranarrativa robusta que desafia estereótipos, internamente, valida e celebra as experiências que constituem o verdadeiro tecido social de Manguinhos.

De modo análogo, em oposição à imagem recorrente do "valão" (metáfora visual da precariedade), o coletivo passou a cobrir sistematicamente as manifestações culturais do território, como saraus, rodas de rima e festivais locais (Figura 5). Tais escolhas não constituem meros gestos editoriais, mas atos políticos deliberados que confrontam o epistemicídio midiático, a saber, a insistente redução da vida na favela à tríade de violência, crime e pobreza. Ao pautar o que a mídia hegemônica ignora, o Manguinhos On-line não apenas expande o léxico de representações possíveis, mas afirma a vida em sua complexa integralidade, recusando-se a permitir que o estigma defina o território.

A segunda estratégia central consistiu na diversidade temática como deliberação política. Em vez de restringir a representação do território a um único eixo narrativo, o coletivo escolheu abordar diferentes campos (saúde, cultura, meio ambiente e educação) conforme exemplificado na Figura 6, para retratar a favela como um espaço de vida total, no qual potências e contradições convivem. Dessa forma, o midiativismo praticado pelo coletivo transcende a busca por uma representação meramente "positiva" em oposição à "negativa". Seu objetivo é romper com a própria lógica binária da representação, reivindicando a integralidade da experiência

Figura 4: Entrevista com a moradora Dona Teresa para o quadro "As Donas"



Fonte: Manguinhos On-line (2025).

humana.

Essa prática se configura, em última análise, como um ato de epistemologia da sobrevivência, isto é, um saber-práxis, forjado na luta cotidiana, que insiste em validar a vida em sua inteireza contra as narrativas que a fragmentam e desumanizam.

Figura 5: Cobertura do Arraiá Roça é Nossa, Quadra de Manguinhos



Fonte: Manguinhos On-line (2025).

Figura 6: Cobertura dos 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão da ENSP/Fiocruz



Fonte: Manguinhos On-line (2025).

8. Para além das métricas

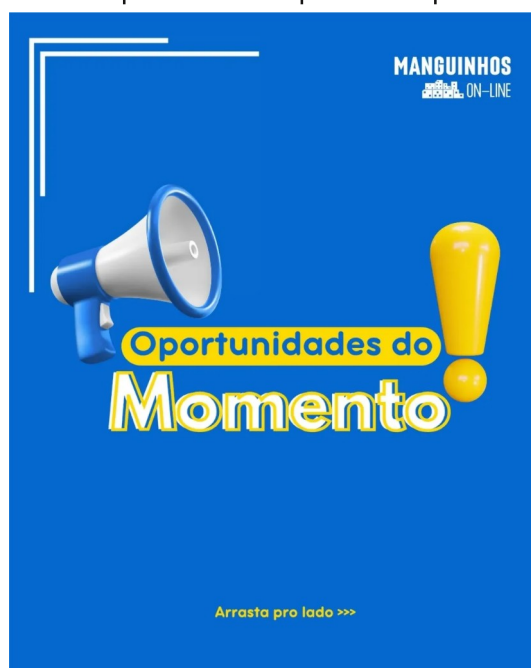
A avaliação de impacto de uma iniciativa como esta impõe uma questão metodológica fundamental: como aferir sua relevância em um ecossistema digital obcecado por métricas de engajamento? Indicadores como curtidas, compartilhamentos e alcance, embora informativos, são limitados por se alinharem a uma lógica algorítmica que privilegia a quantidade sobre a qualidade. Reduzir a análise a esses parâmetros seria desvirtuar o objetivo central do projeto.

Argumenta-se aqui que o primeiro impacto real do Manguinhos On-line transcende as métricas quantitativas, manifestando-se em dimensões qualitativas que materializam a cidadania comunicacional. O resultado mais significativo evidencia-se nos comentários de moradores que se sentem dignamente representados. Cada retorno, cada expressão de orgulho e reconhecimento, constitui uma “microvitória” simbólica, um ato de resistência à narrativa hegemônica. Esses comentários funcionam, em si, como validação da epistemologia da sobrevivência, pois demonstram que, ao se ver narrada em seus próprios termos, a comunidade fortalece sua identidade coletiva e sua autoestima.

O segundo impacto fundamental reside na circulação de informações de utilidade pública. Ao divulgar mutirões de saúde, promover cursos ou informar sobre serviços (Figura 7), o coletivo exerce a função social precípua do jornalismo: fornecer informação que garanta direitos e qualifique a vida cotidiana. Essa prática materializa o conceito de cidadania comunicacional, convertendo a comunicação em ferramenta para o acesso a políticas públicas, a mobilização social e o fortalecimento da democracia em nível local.

Dessa forma, ao constituir um ecossistema informativo próprio, o Manguinhos On-line se emancipa da dependência da validação algorítmica. Em vez de aguardar a visibilidade concedida pelas plataformas, o coletivo constrói uma relevância endógena, forjada na legitimidade comunitária e no profundo enraizamento territorial.

Figura 7: Carrossel de oportunidades publicado pelo Manguinhos On-line



Fonte: Manguinhos On-line (2025).

A experiência demonstra que a comunicação, quando praticada com, por e para a comunidade, torna-se um dispositivo insubstituível de resistência simbólica. Essa constatação dialoga diretamente com os fundamentos históricos da comunicação popular sistematizados por Peruzzo (1998), que identifica na apropriação dos meios e na gestão participativa um requisito fundamental para a construção da cidadania e para a afirmação dos moradores como sujeitos de sua própria história.

Contudo, o caso do Manguinhos On-line atualiza essa tradição ao transpô-la para o cenário de plataformização. Diferentemente das rádios livres ou jornais de bairro das décadas passadas, o coletivo opera em um terreno de disputa algorítmica, onde a epistemologia da sobrevivência e a imersão paciente surgem como respostas contemporâneas necessárias para furar as bolhas digitais. Assim, o coletivo não apenas herda o legado da comunicação comunitária, mas o reinventa, desenvolvendo táticas específicas para enfrentar o racismo algorítmico e o epistemicídio na era digital.

9. Considerações finais

Este artigo analisou a gênese e a práxis do coletivo Manguinhos On-line, compreendido não apenas como objeto empírico, mas como um locus de produção de conhecimento e agência política. Ao perscrutar sua trajetória, do gesto inaugural da “conspiração” à sua atuação pública, demonstrou-se que a comunicação comunitária, quando concebida como midiativismo enraizado em epistemologias próprias, converte-se em uma potente ferramenta de disputa simbólica e transformação social.

A tese central defendida foi a de que a dupla inserção do pesquisador-morador não constitui um obstáculo metodológico, mas uma condição epistêmica privilegiada, capaz de articular teoria e prática em um movimento dialético de práxis. Conceitos como imersão paciente, escuta territorial e horizontalidade radical não foram, portanto, abstrações teóricas, mas práticas encarnadas que nortearam cada decisão, estratégia e conteúdo produzido. A experiência aqui analisada sugere que o investimento mais decisivo para a sustentabilidade de tais iniciativas não reside nos recursos técnicos ou financeiros, mas no capital humano e relacional, forjado pela formação mútua, pela escuta ativa e pela confiança consolidada ao longo do tempo.

A contribuição precípua deste estudo reside, portanto, na reflexão sobre a indissociabilidade entre metodologia participativa e ativismo comunicacional. Ao demonstrar que como se produz conhecimento é tão crucial quanto o que se produz, assim, o caso do Manguinhos On-line oferece subsídios para repensar tanto a prática acadêmica quanto a midiática. Mais que um estudo de caso, o coletivo se revela um laboratório vivo de cidadania comunicacional, um ecossistema onde epistemologias periféricas encontram condições para florescer e disputar legitimidade.

Os desafios que se impõem a tais iniciativas são, contudo, evidentes e complexos. Eles incluem a busca por sustentabilidade material que não comprometa a autonomia política, bem como a luta contínua por visibilidade em ecossistemas digitais “algoritmicamente” enviesados. Tais desafios, no entanto, longe de diminuir a relevância da experiência, apenas reforçam a urgência de multiplicar, fortalecer e aprender com essas práticas de insurgência epistêmica e comunicacional.

A trajetória do Manguinhos On-line ensina, por fim, uma lição enfática: iniciativas de estrutura modesta podem ser imensas em sua ambição e impacto simbólico. Ao disputar, a partir

partir de um dos territórios mais estigmatizados do Rio de Janeiro, os próprios conceitos de notícia, cultura e conhecimento, o coletivo transcende a autodefesa. Ele afirma sua existência, projeta seu futuro e redefine os termos de sua própria liberdade.

O que se revela aqui, em última análise, não é apenas a história de um coletivo de comunicação, mas a demonstração de que a favela pensa, cria, narra e se autotransforma. Cada postagem, cada intervenção simbólica e cada comentário de reconhecimento de um morador constitui um ato concreto de resistência ao epistemicídio e a materialização da epistemologia da sobrevivência. O Manguinhos On-line nos mostra que narrar-se é um modo de existir, e existir é, em si, o primeiro e mais radical gesto de liberdade.

REFERÊNCIAS

- BENTES, Ivana. **Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. 200p.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 432p.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013. 630p.
- COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. Tradução: Bruna Barros; Jess Oliveira; et al. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022. 424 p.
- CUSTÓDIO, Leonardo. **Midiativismo de favela: reflexões sobre o processo de pesquisa**. Tampere: University of Tampere, 2016. 57p.
- DI FELICE, Massimo. **Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2009. 308 p.
- FALS BORDA, Orlando; RAHMAN, Mohammad Anisur. **Acción y conocimiento: cómo romper el monopolio con investigación-acción participativa**. Bogotá: CINEP, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 91. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. 256p.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2024. 270p.
- MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013. 278 p.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 356p.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80p.
- NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da opressão: como o Google fomenta e lucra com o racismo**. Tradução de Felipe Damorim. 1. ed. São Paulo: Rua do Sabão, 2021. 396p.
- PAIVA, Raquel. **A comunicação como projeto social**. Rio de Janeiro: LECC – Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária e Saúde, Escola de Comunicação/UFRJ, 7 fev. 2011. Disponível em: <https://leccufrj.wordpress.com/2011/02/07/a-comunicacao-como-projeto-social-raquel-paiva/>. Acesso em: 31 ago. 2025.
- PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998. 205p.
- PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 342p.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 259p.
- SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**.

1. ed. São Paulo: Edições Sesc, 2024. 268p.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2011. 104p.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 272 p.

SOUZA, Renata da Silva. **O comum e a rua**: resistência da juventude frente à militarização da vida na Maré. 2017. 281 f. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad**: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya-Yala, 2009. 254p.



A **Revista de Comunicação Dialógica** (RCD) é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercial- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Recebido em: 15/09/2025

Aprovado em: 02/04/2026